



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

| | |
|--------------------|---|
| Processo nº | 13002.000978/2007-88 |
| Recurso nº | Voluntário |
| Acórdão nº | 2002-001.044 – Turma Extraordinária / 2ª Turma |
| Sessão de | 25 de abril de 2019 |
| Matéria | IRPF |
| Recorrente | JERONIMO JARDEL VOGT |
| Recorrida | FAZENDA NACIONAL |

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Ano-calendário: 2004

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. MATÉRIA DECIDIDA PELO STJ NA SISTEMÁTICA DO ART. 543C DO CPC.

O artigo 62-A do RICARF obriga a utilização da regra do REsp nº 1.306.393/DF, julgado em 24/10/2012, decidido na sistemática do art. 543C do Código de Processo Civil.

IRPF. ISENÇÃO SOBRE OS RENDIMENTOS AUFERIDOS POR TÉCNICOS A SERVIÇO DAS NAÇÕES UNIDAS. PNUD. DEVER DE COERÊNCIA NA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA.

Conforme decisão prolatada no Recurso Especial nº 1.306.393/DF, eleito como representativo da controvérsia e julgado sob o rito do art. 543C do CPC, o STJ confirmou o entendimento firmado pela 1ª Seção, no REsp nº 1.159.379/DF (Relator Ministro Teori Zavascki), no sentido de que “são isentos do imposto de renda os rendimentos do trabalho recebidos por técnicos a serviço das Nações Unidas, contratados no Brasil para atuar como consultores no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD”.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao Recurso Voluntário.

(assinado digitalmente)

Cláudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez - Presidente.

(assinado digitalmente)

Virgílio Cansino Gil - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Cláudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez (Presidente), Virgílio Cansino Gil, Thiago Duca Amoni e Mônica Renata Mello Ferreira Stoll.

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário (fls. 102/107) contra decisão de primeira instância (fls. 84/94), que julgou improcedente a impugnação do sujeito passivo.

Em razão da riqueza de detalhes, adoto o relatório da r. DRJ, que assim diz:

Mediante Notificação de Lançamento, de fls. 19/22, exigiu-se do contribuinte acima qualificado o recolhimento do imposto de renda pessoa física — suplementar, acrescido de multa de ofício e juros de mora, no valor total de R\$ 18.467,97, calculados até 28/02/2007, em virtude da constatação de irregularidades na declaração de ajuste anual referente aos exercícios 2005, ano-calendário 2004.

A Fiscalização informa às fls. 20, que constatou omissão de rendimentos auferidos pelo contribuinte do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD no ano-calendário de 2004.

O contribuinte apresentou impugnação, conforme fls. 01/05, informando ter sido contratado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD com a finalidade de trabalhar com horário Pré-estabelecido, sob subordinação hierárquica, em trabalho não eventual e mediante recebimento de salários fixos mensais.

Disse que os funcionários brasileiros ou estrangeiros que trabalham para Organismos Internacionais detêm prerrogativas e privilégios previstos nas Convenções e Acordos firmados com o Brasil.

Adiante afirmou que apresentou sua declaração de imposto de renda fazendo constar sua condição de isento ou não tributável, ante o fato de trabalhar para Organismo Internacional.

Afirmou que os rendimentos foram declarados como isentos e não tributáveis com fundamento na Constituição Federal, Código Tributário Nacional e Pareceres Normativos nº 717/1979 e 03/1996. Fez referência a decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais no sentido da não incidência do Imposto de Renda sobre os rendimentos

auferidos pelos serviços prestados ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD.

O resumo da decisão revisanda está condensado na seguinte ementa do julgamento:

RENDIMENTO TRIBUTÁVEL.

São tributáveis os rendimentos decorrentes de prestação de serviço junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, percebidos por pessoa física nacional, residente e contratada no País, que não detenha a condição de funcionário de organismo internacional. (SÚMULA nº39 do CARF.).

Inconformado, o contribuinte apresentou Recurso Voluntário, reiterando as alegações da impugnação, juntando documentos.

É o relatório. Passo ao voto.

Voto

Conselheiro Virgílio Cansino Gil - Relator

Recurso Voluntário aviado a modo e tempo, portanto dele conheço.

O contribuinte foi cientificado em 18/10/2010 (fl. 100); Recurso Voluntário protocolado em 09/11/2010 (fl. 102), assinado pelo próprio contribuinte.

Responde o contribuinte nestes autos, pela seguinte infração:

a) Omissão de Rendimentos Recebidos do Exterior - DERC

Relata o Sr. AFRF que:

*Confrontando o valor dos Rendimentos Recebidos do Exterior declarados, com o valor informado por Órgão/Entidade da Administração Pública Federal, em Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais (Derc), para o titular e/ou dependentes, constatou-se omissão de rendimentos no valor de R\$ *****58.300,00 , recebidos de Organismo Internacional.*

A r. decisão revisanda, entendeu que:

Reafirmados os princípios da territorialidade e político na tributação de renda dos residentes no país, conclui-se que no caso sob exame, o regramento tributário nacional determina que deverão integrar a base de cálculo na Declaração de Ajuste Anual, os rendimentos recebidos por pessoa física nacional, residente e contratada no Brasil, decorrentes de prestação de serviço ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, quando não detenha a condição de funcionário desse organismo internacional.

Irresignado, o contribuinte maneja recurso próprio, juntando documentos.

Em sua peça de resistência o recorrente, alega razões preliminares que se confundem com o mérito, e com este serão analisadas.

Alega o recorrente, que foi contratado pelo “PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD/ONU, a fim de trabalhar com horário pré-estabelecido, sob subordinação hierárquica, em trabalho não eventual e mediante o recebimento de salários fixos mensais. Assim entende o recorrente, que conforme dispõe o art.3º da CLT o mesmo se enquadra como empregado.

Verificando o documento de fl. 110, em seu item III verificamos que: “O CONTRATADO não estará isento do pagamento de imposto em virtude deste contrato, obrigando-se ao pagamento de impostos, encargos, taxas e outros tributos devidos em função das importâncias recebidas sob este contrato, conforme legislação aplicável”. No item IV assim relata: “O CONTRATADO será considerado como consultor independente. O CONTRATADO não será considerado, sob nenhum aspecto membro do quadro de funcionários da Agência Nacional de Execução do Projeto ou do PNUD”.

Desde a decisão do STJ este CARF vem decidindo a matéria, conforme excertos colacionados:

IRPF. ISENÇÃO SOBRE OS RENDIMENTOS AUFERIDOS POR TÉCNICOS A SERVIÇO DAS NAÇÕES UNIDAS.

Consoante entendimento consignado no Recurso Especial nº 1.306.393/DF, eleito como representativo da controvérsia e julgado sob o rito do art. 543C do CPC, o STJ ratificou o entendimento firmado pela 1ª Seção, no REsp nº 1.159.379/DF (Relator Ministro Teori Zavascki), no sentido de que “são isentos do imposto de renda os rendimentos do trabalho recebidos por técnicos a serviço das Nações Unidas, contratados no Brasil para atuar como consultores no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD”. No referido julgamento, entendeu o relator que os “peritos” a que se refere o Acordo Básico de Assistência Técnica com a

Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, promulgado pelo Decreto 59.308/66, estão ao abrigo da norma isentiva do imposto de renda. Conforme decidido pela Primeira Seção, o Acordo Básico de Assistência Técnica atribuiu os benefícios fiscais decorrentes da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, promulgada pelo Decreto 27.784/50, não só aos funcionários da ONU em sentido estrito, mas também aos que a ela prestam serviços na condição de “peritos de assistência técnica”, no que se refere a essas atividades específicas. Recurso Provedo”. (CARF, 2ª Seção de Julgamento, 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária, relatora Conselheira Alice Grecchi, Acórdão nº 2102003.265, Sessão de 11 de fevereiro de 2015).

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. MATÉRIA DECIDIDA PELO STJ NA SISTEMÁTICA DO ART. 543C DO CPC.

O art. 62A do RICARF obriga a utilização da regra do REsp nº 1.306.393/DF, julgado em 24/10/2012, decidido na sistemática do art. 543C do Código de Processo Civil.

RENDIMENTOS AUFERIDOS POR TÉCNICOS A SERVIÇO DAS NAÇÕES UNIDAS, CONTRATADOS NO BRASIL PARA ATUAR COMO CONSULTORES NO ÂMBITO DO PNUD/ONU. ISENÇÃO.

Isto posto, e pelo que mais consta dos autos, conheço do Recurso Voluntário, e no mérito dá-se provimento.

É como voto.

(assinado digitalmente)

Virgílio Cansino Gil